

Prefácio – A produção do espaço¹

HENRI LEBEVRE

HÁ DOZE ou quinze anos, quando este livro foi escrito, as concepções do espaço eram confusas, paradoxais, incompatíveis. Desde as *performances* dos cosmonautas, após os foguetes interplanetários, o espaço estava incontestavelmente “na moda”: espaço disso, espaço daquilo... – espaço pictórico, escultural, e até musical; mas a imensa maioria das pessoas e do público só compreendia por essa palavra, o Espaço (com E maiúsculo) carregado de novas e singulares conotações, as distâncias cósmicas. Tradicionalmente, o termo evocava somente as matemáticas, a geometria (euclidiana) e seus teoremas; portanto, uma abstração, um contentor sem conteúdo. Na filosofia? O espaço era mais frequentemente desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras (um “*a priori*”, diziam os kantianos: uma maneira de ordenar os fenômenos sensíveis). Às vezes, a ele se imputavam todas as ilusões e todos os erros: desviando a interioridade do “si”, o desejo e a ação em direção ao exterior, portanto a vida psicológica em direção ao fora e ao inerte, fragmentando e fragmentado (com e como a linguagem: Bergson²). Quanto às ciências que dele se ocupavam, elas o partilhavam entre si, o espaço se fragmentando segundo postulados metodológicos simplificados: o geográfico, o sociológico, o histórico etc. No melhor dos casos, o espaço era tido como um meio vazio, contentor indiferente ao conteúdo, mas definido segundo alguns critérios não formulados: absoluto, óptico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. Se fossem admitidos “espaços”, eles seriam reunidos em um conceito cujo alcance permaneceria mal determinado. A noção de *relatividade*, mal assimilada, estabelecia-se à margem do conceito, das representações e, sobretudo, do cotidiano, consagrados à tradição (o tridimensional, a separação entre o espaço e o tempo, o metro e o relógio etc.).

Paradoxalmente, isto é, com uma contradição (diabólica) não expressa, inconfessa, não explicitada, a prática – na sociedade e no modo de produção existentes – era incompatível com as representações e os saberes fragmentários. *Eles* (os políticos? Não; antes os seus colaboradores e auxiliares tecnocratas, dotados de um poder e de uma autoridade consideráveis), *eles* inventavam a planificação espacial, e isso na França, principalmente; não se propunha nada menos que formatar, modelar racionalmente o espaço francês, do qual se achava (não sem argumento) que este tomava – deixando andar a “força das coisas”³ – um mau andamento e disposições deploráveis: aqui, desertificação; ali, atravancamento etc. Notadamente, o eixo “espontâneo” indo do Mediterrâneo aos mares do

Norte, pelos vales do Ródano, do Saône, do Sena, já propunha alguns problemas. Projetava-se a construção de “metrópoles de equilíbrio”⁴ em torno de Paris e em algumas regiões. A delegação para a regulamentação do território e das regiões, organização poderosa e centralizada, não carecia nem de meios, nem de ambições: *produzir* um espaço nacional harmonioso – colocar um pouco de ordem na urbanização “selvagem”, só obedecendo à perseguição dos lucros.

Ninguém ignora hoje que essa tentativa original de planificação (que não coincidia nem com os planos pautados em balanços materiais, nem com o controle estatal⁵ do emprego dos capitais; ou seja, a planificação pela via financeira) foi arruinada, reduzida a quase nada pelo neoliberalismo, mal reconstituída desde então.

Daí uma contradição notável e contudo pouco notada, entre as teorias do espaço e a prática espacial. Contradição ocultada – pode-se dizer dissimulada – pelas ideologias que tumultuavam as discussões sobre o espaço, saltando do cosmológico ao humano, do macro ao micro, das funções às estruturas, sem cuidados conceituais nem metodológicos. A ideologia da espacialidade, bem confusa, abalroava o saber racional, a planificação efetiva mas autoritária, as representações triviais e correntes.

Daí o esforço para sair da confusão, considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos de “natureza” mais ou menos modificada, e nem como simples fatos de “cultura”; mas como *produtos*. O que conduzia a uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” quaisquer, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da *natureza segunda*, efeito da ação das sociedades sobre a “natureza primeira”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, em um sentido específico: notadamente por um caráter de *globalidade* (não de “totalidade”) que os “produtos” não têm na acepção comum e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que precisamente o espaço e o tempo produzidos, mas “loteados”, sejam trocados, vendidos, comprados, como “coisas” e objetos!).

De passagem, cabe assinalar que, já naquela época (por volta de 1970), colocavam-se com uma evidência (ofuscante, para muitas pessoas que preferiam olhar alhures) as questões *urbanas*. Os textos oficiais não bastavam nem para regular nem para mascarar a nova barbárie. Massiva e “selvagem”, sem outra estratégia senão a maximização dos lucros, sem racionalidade nem originalidade criadora, a urbanização – como se dizia – e as construções engendravam efeitos desastrosos, observáveis, já constatáveis de todos os lados. Com cor de “modernidade”. Já!

Como manter, sem novos argumentos, a tese (greco-latina: a nossa, a de nossa civilização!) segundo a qual a *Cité*, a Cidade, o Urbano⁶ são os centros, os lugares privilegiados, os berços do pensamento, da invenção? A relação “cidade-campo” se modificava em escala mundial, com interpretações “extremistas” (o

campo mundial contra a cidade mundial!). Como pensar a Cidade (sua explosão-implosão generalizada, o Urbano moderno), sem conceber claramente o espaço que ela ocupa, do qual ela se apropria (ou que desapropria)? Impossível pensar a cidade e o urbano modernos enquanto *obras* (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais), sem primeiramente concebê-los como produtos. E isso em um modo de produção definido, que simultaneamente declina, mostra suas consequências extremas, deixa entrever às vezes “outra coisa”, ao menos como espera, exigência, apelo. De fato, os ecologistas já tinham chamado a atenção e mobilizado a opinião pública: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, esta “matéria-prima”, material da Cidade, arrasada sem escrúpulos. Faltava a essa tendência ecológica uma teoria geral da relação entre o espaço e a sociedade – entre o territorial, o urbanístico, o arquitetural.

A concepção do espaço como produto social não se constituía sem dificuldades; em outras palavras, sem uma problemática em parte nova e imprevista.

Não designando um “produto” qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, tal conceito exigia um aprofundamento das noções de *produção*, de *produto*, de suas relações. Como dizia Hegel, um conceito só emerge quando o que ele designa, ameaçado, aproxima-se de seu fim – e de sua transformação.⁷ O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os “produtos”, senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxo das matérias-primas e das energias, redes de distribuição dos produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais. Não entraria ele também na *reprodução*, aquela do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no campo”?⁸

Essa noção não se esclarece, e nem esclarece muitos fatos, logo que formulada? Ela não atingiria a evidência: a realização “no campo”, portanto em um espaço social *produzido*, das relações sociais de produção e de reprodução? Essas relações podem ficar “no ar”, abstrações pelo e para o saber? Além do mais, essa teorização permite compreender a originalidade do *projeto* (permanecendo no âmbito limitado do modo de produção existente), o da planificação espacial. Ela permite compreendê-lo, mas também modificá-lo, completá-lo, em razão de outras demandas e de outros projetos; porém, tendo em conta a sua qualidade e, notadamente, o fato de que ele se ocupa da urbanização. Portanto, a retomar.

Segunda e não menor dificuldade: na estrita tradição marxista, o espaço social podia ser considerado uma superestrutura. Um resultado tanto das forças produtivas como das estruturas, das relações de propriedade, entre outras. Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações

com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende e se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. Portanto, ele não se situa em tal ou tal dos “níveis”, dos “planos”, classicamente distinguidos e hierarquizados. O conceito de espaço (social) e o próprio espaço escapam, portanto, à classificação “base-estrutura-superestrutura”. Como o tempo? Talvez. Como a linguagem? A se examinar. Seria preciso, para tanto, abandonar a análise e a orientação marxistas? De todos os lados vinha esse convite, essa sugestão. E não somente a propósito do espaço. Mas não se poderia, ao contrário, retornar às fontes, aprofundar a análise trazendo novos conceitos, aprimorando e tentando renovar os procedimentos? É o que tenta esta obra. Ela pressupõe que o espaço aparece, se forma, intervém tanto em um dos “níveis” como no outro. Tanto no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade) como no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas onde quer que seja. A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas articularia os aspectos da prática coordenando-os – reunindo-os em uma “prática”, precisamente.

E isso não é tudo. Nem de longe. Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades” – querendo-se exprimi-lo assim. Portanto, existe uma *história do espaço*. (Como do tempo, como do corpo, como da sexualidade etc.). História ainda por escrever.

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); *produção* (da organização espacial própria de cada sociedade); *criação* (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário). Tudo isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência, e sobre a ensamblagem material de elementos com os quais se *produz* a simultaneidade.

O assunto, no entanto, se complexifica. Haveria uma relação direta, imediata e imediatamente apreendida, portanto transparente, entre o modo de produção (a sociedade em questão) e seu espaço? Não. Há descompassos: ideologias se intercalam, ilusões se interpõem. É isso que esta obra começou a elucidar. Assim, a invenção da perspectiva na Toscana, nos séculos XIII e XIV. Não somente na pintura (Escola de Siena⁹), mas primeiro na prática, na produção. O campo muda: passa do domínio feudal à meação; alamedas de ciprestes conduzem meios à morada do mestre, onde reside um administrador, pois o proprietário mora na cidade, onde ele é banqueiro, grande comerciante. A cidade muda, com implicações arquiteturais: a fachada, o alinhamento, o horizonte. Essa produção de um novo espaço, o perspectivo, não se separa de uma transformação econômica: incremento da produção e das trocas, ascensão de uma nova classe, importância das cidades etc. Contudo, aquilo que se passou efetivamente não

tem a simplicidade de um encadeamento causal. O espaço novo foi concebido, engendrado, produzido por e para príncipes? Para ricos mercadores? Por um acordo? Ou pela cidade enquanto tal? Mais de um ponto permanece obscuro. A história do espaço (como a do tempo social) está longe de estar esgotada!

Outro caso, ainda mais surpreendente, evocado igualmente e mal elucidado nesta obra: a *Bauhaus*; mais Le Corbusier. O pessoal da *Bauhaus*, Gropius e seus amigos, são tomados por revolucionários, na Alemanha entre 1920 e 1930; por bolcheviques!¹⁰ Perseguidos, eles foram para os Estados Unidos. Eles lá se revelaram *práticos* (arquitetos e urbanistas) e mesmo *teóricos* do espaço dito moderno, o do capitalismo “avançado”. Eles contribuíram para a sua construção: para a sua realização “no campo”, por meio de suas obras e de seus ensinamentos. Desventura e destino trágico para Le Corbusier!¹¹ E em seguida, de novo, para aqueles que consideraram os grandes conjuntos e as “barras” como *habitat* específico da classe operária. Eles negligenciavam o conceito de *modo de produção*, produzindo também o seu espaço e arruinando-se assim. Com cor de modernidade. O espaço da “modernidade” tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende ao homogêneo, por diversas razões: fabricação dos elementos e materiais; exigências análogas dos intervenientes; métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas sem plano nem projetos. Falsos “conjuntos”; de fato, trata-se de isolados¹². Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos, isolados, grupos de lotes unifamiliares¹³ e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros.¹⁴ Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Reina uma curiosa lógica desse espaço, que se atribui ilusoriamente à informatização. E que oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Aliás, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade-fragmentação-hierarquização) teve um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento da sociedade inteira.

Esta obra tentou, portanto, não somente caracterizar o espaço onde vivemos e sua gênese, mas encontrar a gênese da sociedade atual, através e pelo espaço produzido. Ambição que o título não anuncia abertamente. Resumamos esse desenho, inerente ao método perseguido: um estudo “retrô” do espaço social em sua história e sua gênese, a partir do presente remontando a essa gênese – depois retorno ao atual, o que permite entrever, se não prever, o possível e o futuro. Esse procedimento dá lugar a estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. As implicações e imbricações lógicas são compreendidas como tais, mas sabendo-se que tal compreensão não exclui (ao contrário) os conflitos, as lutas, as contradições. Nem, inversamente, os acordos, entendimentos, alianças. Se o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam, aquilo que se incorpora no espaço, os conflitos atuais ou vir-

tuais não estão dele nem ausentes nem eliminados. Implicações e contradições, no espaço e nos outros domínios, têm mais amplitude hoje do que quando este livro foi escrito. As relações de implicação não interditam as estratégias adversas, nem sobre os mercados, nem nos armamentos. Portanto, no espaço.

O territorial, o urbanístico, o arquitetural têm entre si relações análogas: implicações – conflitos. O que só se pode apreender se as relações foram compreendidas: “lógica-dialética”, “estrutura-conjuntura”, expostas e pressupostas aqui, com um certo esclarecimento, e explicitadas alhures (cf. *Logique formelle, logique dialectique*, 3. ed. Messidor, 1981¹⁵). Essas relações, simultaneamente abstratas e concretas, surpreendem em uma “cultura” filosófica e política que deixa de lado essa “complexidade” para buscá-la alhures.

A pesquisa sobre o espaço social concerne a uma globalidade. Ela não exclui – repetimos – pesquisas “de campo”, precisas e determinadas. No entanto, o perigo do “pontual” – valorizado como tal por ser controlável, às vezes mensurável – é que ele separa o que se implica, desmembra o que “se articula”. Ele aceita, portanto, ou ratifica a fragmentação. O que leva a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, os vínculos e as relações no espaço, portanto o próprio espaço social, fazendo desaparecer a produção! O que elude muitas questões pedagógicas, lógicas, políticas...

Tese central à qual é preciso retornar, antes de concluir. O modo de produção organiza, *produz* – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo). É assim que ele se realiza. Dito de passagem, o “socialismo” engendrou um espaço? Se não, é porque o modo de produção socialista não tem ainda existência concreta. O modo de produção projeta *in loco*¹⁶ essas relações, o que reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, garantida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaçotemporais). Não se pode dizer que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, “ordenado”, por inspiração ou inteligência, a sua extensão espacial, que devia se estender, em nosso tempo, ao planeta inteiro! Houve, primeiramente, a utilização do espaço existente, por exemplo, das vias hídricas (canais, rios, mares); depois, das estradas; em seguida, a construção das ferrovias, para continuar pelas autoestradas e aeródromos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. No entanto, é um espaço novo que foi constituído no século XX, em escala mundial; a sua produção, inacabada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é, arranja para seus fins o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas, penetrando em uma espacialidade já consolidada, mas perturbando-a às vezes com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XX).

Incontestavelmente, as ferrovias desempenharam um papel primordial no capitalismo industrial, na organização de seu espaço nacional (e internacional). Mas, ao mesmo tempo, em escala urbana: os bondes, metrô, ônibus. Depois,

em escala mundial, os transportes aéreos. A organização anterior se desintegra, e o modo de produção integra em si os resultados. Processo duplo, visível em nossos campos e cidades há algumas décadas, com o auxílio das técnicas recentes – mas estendendo-se dos centros às periferias longínquas.

A organização do espaço centralizado e concentrado serve simultaneamente ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais ali investem e ali se travestem, na hierarquia dos espaços ocupados.

No entanto, um novo espaço *tende* a se formar, em escala mundial, integrando e desintegrando o nacional, o local. Processo pleno de contradições, ligado ao conflito entre uma divisão do trabalho em escala planetária, no modo de produção capitalista – e o esforço em direção a uma outra ordem mundial mais racional. Essa penetração do e no espaço teve tanta importância, historicamente, quanto a conquista da hegemonia pela penetração no institucional. Ponto capital, se não final, dessa penetração: a militarização do espaço, ausente (por uma razão evidente) desta obra, mas que coroa a demonstração, em escala ao mesmo tempo planetária e cósmica.

Essa tese, bem como a de um espaço simultaneamente homogêneo e fragmentado (como o tempo!), levantou muitas objeções, há uma década. Como um espaço poderia, ao mesmo tempo, obedecer a regras de conjunto, constituir um “objeto” social, e se esfacular?

Não é o caso de sustentar que a recente e já célebre teoria do *objeto fractal* (B. Mandelbrot)¹⁷ tenha uma relação com a tese do espaço fragmentado, aqui defendida. No entanto, pode-se indicar ao mesmo tempo a quase simultaneidade das teorias e o fato de que a teoria psicomatemática torna mais acessível e mais aceitável a teoria socioeconômica. O espaço psicomatemático comporta vazios e cheios, ocios e saliências; ele guarda uma coerência, ainda que “trabalhada” pelo fracionamento. Existe, portanto, analogia entre essas tentativas teóricas (cf. *La Recherche*, número de novembro de 1985, p. 1313 ss.; como também a obra de Paul Virilio, *L'espace éclaté*).¹⁸

Resta elucidar a relação entre esse espaço fragmentado e as múltiplas redes que combatem a fragmentação e restabelecem, se não uma unidade racional, ao menos a homogeneidade. Através e contra a hierarquização, não poderia incidir, aqui e ali, arquitetura ou urbanisticamente, “alguma coisa” que resulte do modo de produção existente, que nasça de suas contradições desvendando-as, e não as cobrindo com um véu?

Indicação autocrítica: falta a este livro ter descrito de maneira direta, incisiva, e mesmo panfletária, a produção dos subúrbios, guetos, isolados, falsos “conjuntos”. O projeto de um novo espaço permanece incerto; mais de um traço pode hoje se ajustar ao esboço. O papel da arquitetura como *uso* do espaço não aparece sempre claramente.

Contudo este livro, que conserva vários centros, pode hoje ser *re-lido* com um procedimento que o utiliza proveitosamente (para o conhecimento):

Primeiro tempo ou momento: os elementos e a análise que os isola, os “atores” da produção, os lucros obtidos etc.

Segundo tempo: as oposições paradigmáticas trazidas à luz: público e privado – troca e uso – estatista e íntimo – frontal e espontâneo – espaço e tempo...

Terceiro tempo: dialetização desse quadro estático: as relações de força, de aliança – os conflitos, os ritmos sociais e os tempos produzidos no e por esse espaço...

Essa leitura deveria poupar a este trabalho a dupla reprovação de u-topia (construção fictícia, no vazio verbal) e também de a-topia (eliminação do espaço concreto, para não deixar senão o vazio social).

Notas

- 1 Prefácio escrito em Paris em 4 de dezembro de 1985 para a segunda edição de *La production de l'espace*, onze anos após a obra ter vindo a lume. (N.O.) A Organizadora do dossiê “O espaço na vida social” agradece a José de Souza Martins, Ana Cristina Arantes Nasser, Armand Azjenberg e Lukasz Stanek o apoio durante o processo de viabilização da cessão de direitos de reprodução do texto, e ao editor do original francês Jean Pavlevski autorizar a tradução e a publicação do texto em *Estudos Avançados*. É grata também a Dominique Vidal, a Silke Weber, a Vincent Berdoulay e, em especial, a Rainer Domschke por cruciais sugestões de revisão linguística. (N.O.)
- 2 Cf. a respeito, entre outros, Henri Bergson, *Durée et simultanéité*. A propos de la théorie d'Einstein. Paris: PUF, 1922. (N.R.)
- 3 No original, “*force des choses*” entre aspas, expressão idiomática coloquial em francês que Lefebvre talvez tenha colocado justamente entre aspas para ressaltar o seu caráter pronto e acabado. Vale, de todo modo, frisar que a filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986) alçou a expressão a título de seu livro de memórias (*La force des choses*. Paris: Gallimard, 1963), o que abre espaço para uma segunda possibilidade: alguma eventual alusão indireta de Lefebvre ao livro. (N.R.)
- 4 No original, “*métropoles d'équilibre*”. A planificação espacial da França, datada dos anos 1960, constituiu-se no âmbito da *Délégation à l'Aménagement du Territoire et à l'Action Régionale* (DATAR), que desenvolveu estudos sobre as “*métropoles d'équilibre*”, que teriam um significado aproximativamente equivalente ao que aqui denominamos de capitais regionais. (N.T.)
- 5 No original, “*étatique*”. Vale ressaltar que o seminário sobre o método dialético respectivamente em Marx e em Lefebvre, ativo na Universidade de São Paulo por 18 anos sob a coordenação de José de Souza Martins, ofereceu à tradução do termo “*étatique*” de Lefebvre para português a solução “estatista”, no intuito de evidenciar a singularidade da abordagem lefebvriana do Estado. Cf. José de Souza Martins (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. (N.R.)
- 6 No original, “*la Cité, la Ville, l'Urbain*”. Lefebvre refere-se aqui, respectivamente, à cidade da Antiguidade, à cidade medieval e à sociedade urbana na modernidade; daí o emprego dos termos com a inicial em maiúsculo. Ao mesmo tempo, a *Cité* também concerne ao centro histórico da *Ville*, e permanece como resíduo no *Urbain* explodido-implodido, de que trata Lefebvre em *La révolution urbaine* (Paris: Gallimard,

- 1970). Para referências mais explícitas a essas três noções, cf. Henri Lefebvre, *Le retour de la dialectique*. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1986, p.160. (N.T.)
- 7 Cf. a respeito, entre outros, Henri Lefebvre, *Metafilosofia*. Trad. Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.81-91. (N.R.)
- 8 No original, “*sur le terrain*” entre aspas, expressão indicativa, em francês, do “campo” próprio do trabalho empírico, na pesquisa científica. (N.R.)
- 9 A chamada Escola de Siena engloba pintores italianos que, na cidade de Siena entre os séculos XIII e XV, se devotaram ao gótico tardio fazendo uso da perspectiva, embora a invenção desta seja comumente atribuída à Escola de Florença. (N.R.)
- 10 A escola Bauhaus de arquitetura, liderada pelo arquiteto alemão Walter Gropius (1883-1969), contou com sedes institucionais na Alemanha entre 1919 e 1933, sendo durante o período frequentemente acusada de “bolchevismo”. Fechada com a ascensão de Hitler, Gropius e vários de seus colegas emigraram para os Estados Unidos. (N.R.)
- 11 Lefebvre ressalta o caráter a seu ver contraditório da arquitetura moderna, que teria ido na contramão das proposições iniciais de um de seus fundadores, o arquiteto francês de origem suíça Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier (1887-1965). (N.R.)
- 12 No original, “*des isolats*”, construções isoladas. (N.T.)
- 13 No original, “*groupes pavillonnaires*”, conjunto de casas médias ou pequenas de subúrbio, com jardim na parte frontal. (N.T.)
- 14 Quase como complementação à nota 6, ver a explicitação de Lefebvre sobre os isolados e grupos de lotes unifamiliares em Henri Lefebvre, *Le retour de la dialectique*. Paris: Méssidor; Éditions Sociales, 1986, p.161. (N.T.)
- 15 A data que figura na 3ª edição do livro em questão é 1982, não 1981. (N.R.)
- 16 No original, “*sur le terrain*” sem aspas, indicativa justamente de “no próprio lugar”, “*in situ*” ou, como se optou, “*in loco*”. (N.R.)
- 17 Cf. Benoit Mandelbrot, *Les objets fractales: forme, hasard et dimension*. Paris: Flammarion, 1984. (N.R.)
- 18 Vale reproduzir a explanação de tais referências bibliográficas oferecida por Stuart Elden, Elizabeth Lebas e Eleonore Kofman (em *Henri Lefebvre: Key Writings*. London; New York: Continuum, 2003, p.275), organizadores da primeira publicação em inglês do “Prefácio”. Afirmam tratar-se de “Estelle Asseo, ‘Le rayonnement des pulsars’, *La Recherche*, n.171 (novembro 1985), p.1314-23. O livro de Virilio não aparece listado em bibliografias de seu trabalho, e trata-se provavelmente de uma referência a *L’espace critique* (Paris: Bourgeois, 1984)”. (N.R.)

RESUMO – Redigido como prefácio para a segunda edição de *La production de l’espace*, e constituindo uma clara reação à repercussão que esse livro teve ao vir a público, em 1974, o texto contextualiza brevemente algumas das principais linhas do debate intelectual sobre a noção de espaço na França da época, a fim de discorrer de modo sintético sobre a concepção do espaço como mediação simultaneamente de relações econômicas e sociais. Tal ênfase acarreta resumir os objetivos e especificidades da abordagem em foco, suas dificuldades, a tese central do livro e os três principais “momentos” do méto-

do – “regressivo-progressivo” – que auxiliam tanto na elucidação teórica da produção do espaço empiricamente apreensível no mundo do último quartel do século XX, quanto na estruturação argumentativa de *La production de l'espace*.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço, Tempo, Produção, Dialética, Método regressivo-progressivo.

ABSTRACT – Having been conceived as the preface of the second edition of *La production de l'espace*, and consisting of an evident reaction to the repercussions related to this book's first edition, this text briefly contextualizes some of the main traits of the French intellectual debate of that time on the concept of space, in order to subsequently summarize the concept of space as a mediation of simultaneously economic and social relations. This emphasis implies summing up the aims and specificities of approach at stake, its difficulties, the book's central thesis, and the three main “moments” of the – “regressive-progressive” – method which helps one both to elucidate in theoretical terms the production of the space which is can be empirically seized in the world of the last quarter of the 20th century, and to elaborate the argumentative structure of *La production de l'espace*.

KEYWORDS: Space, Time, Production, Dialectics, Regressive-progressive method.

Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês, foi escritor, ingressando na vida acadêmica nos anos de 1940: atuou como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) entre 1949 e 1961, quando se tornou professor de Sociologia na Universidade de Estrasburgo entre 1961 e 1965, transferindo-se então para a Universidade de Paris-Nanterre, onde permaneceu até aposentar-se, em 1973, embora tenha continuado a participar ativamente do debate público como intelectual.

Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Revisão técnica de Fraya Frehse. O original em francês – “Préface – La production de l'Espace” (Paris: Economica, 2000, p.xvixviii) – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP, para eventual consulta.

Recebido em 23.9.2013 e aceito em 5.10.2013.